

OS ESCRITOS DO ULTRAMAR: O APORTE DO OLHAR LUSO- AFRICANO NOS RELATOS SOBRE A “GUINÉ DE CABO-VERDE” (SÉC. XVI E XVII)¹

Beatriz Carvalho dos Santos²

Resumo: inserida no contexto das discussões sobre o Ultramar, o arquipélago de Cabo Verde forneceu ao Mundo Atlântico um importante ponto de referência no período das navegações. Por sua vez, a sociedade cabo-verdiana apresentou, desde o início de seu povoamento, um perfil diferenciado. Além dos escravos que forneceu ao mundo, outros homens de Cabo Verde escreveram sua história através dos séculos, são eles André Almada, André Donelha e Francisco de Lemos Coelho. Mais recentemente os estudos da sociedade luso-africana que configurou a região tem se ampliado e fornecido ferramentas para uma maior compreensão de quem foram esses autores e as formas como se diferenciaram dos demais viajantes do período. Será sobre as possibilidades ainda a serem exploradas nos escritos desses homens que se dedicará o presente artigo, que visa discutir as possibilidades deixadas em aberto pela historiografia e apresentar algumas reflexões sobre um estudo que vem sendo desenvolvido há alguns anos.

Palavras-chave: História da África; relatos de viagem; luso-africanos.

Abstract: inserted in the context of discussions on Ultramar, the archipelago of Cape Verde to the Atlantic World provided an important reference point in the period of navigations. In turn, the Cape Verdean society presented since the beginning of its settlement, a differentiated profile. Beyond supplying slaves to the world, other men of Cape Verde wrote its history through the centuries, they are André Almada, André Donelha and Francisco de Lemos Coelho. More recently, studies of society Luso-African who set the region has expanded and provided tools for a better understanding of who these authors were and the ways that differed from other travelers of the period. It's about the possibilities yet to be explored in the writings of these men that this article is devoted, to discuss the margins of possibilities left open by historiography, followed by a reflection on the study that has been developed for some years.

Key words: African History; travel reports; luso-african.

O artigo aqui apresentado é fruto de algumas conclusões de uma pesquisa que se estende há alguns anos sobre a região da “Guiné de Cabo Verde”³. Este trabalho que se iniciou ainda durante a graduação encontra prosseguimento no mestrado e foi reformulado para dar origem a uma pesquisa de doutorado. A proposta consiste em repensar o lugar e a utilização dos relatos de viagem de cabo-

¹ Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Doutoranda do Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

³ A região da costa da Guiné era assim referida pelos viajantes do período, sempre associando suas delimitações territoriais aos seus rios. Ou nome comum também era o de “Rios de Guiné”, tais definições não eram precisas, até mesmo devido ao conhecimento superficial da região, mas em geral referiam-se ao território compreendido desde o norte do Rio Senegal até ao sul da Serra Leoa.

verdianos sobre a região da Guiné ainda nos séculos XVI e XVII. Sua diferenciação perante os demais relatos e autores se dá justamente por se tratarem de viajantes nascidos no continente africano.

A fim de argumentar sobre a validade de repensar a utilização destas obras, o presente artigo visa resgatar as questões metodológicas de tratamento com fontes portadoras de discursos de alteridade e discutir o contexto de produção dos textos em questão. O objetivo é o de destacar as potencialidades dessas fontes ainda por se discutir, no que diz respeito ao aprofundamento do estudo da região abordada nas descrições. Para tal intento, a ideia é a de basear a análise no olhar diferenciado que carregavam estes viajantes, na medida em que se destaca quem eram esses homens, suas vidas e sociedade em que se inseriam, para além dos relatos.

O *corpus* documental do qual fazem parte os relatos de viagem, que foram produzidos no período das navegações, já foram largamente trabalhados por historiadores de todo o mundo, sempre demonstrando interessantes facetas dessas ricas fontes. Analisadas sempre como representações oriundas de interpretações dos autores acerca do que viam, essas descrições apresentam olhares sobre diversos povos visitados, comércio estabelecido nessas regiões, geografia e aspectos climáticos, assim como características religiosas e culturais dos grupos observados.

A função e o efeito social que tinham estes relatos de viagem também devem receber destaque, a respeito de como formavam opiniões e perspectivas nos leitores que tinham acesso às obras. Pois como ressalta Luís de Albuquerque “Os relatos mais ou menos impressionantes das viagens corriam a Europa, eram avidamente lidos, alteravam os esquemas tradicionais de pensar”. (ALBUQUERQUE, 1983, p. 22) O olhar dos primeiros viajantes, ainda carregado dos primeiros choques após o contato inicial com terras e povos recém-conhecidos, traçou os contornos de um mundo maravilhoso existente no ultramar, aos leitores europeus. O novo universo que abarcava o desconhecido, criaturas fantásticas e povos míticos era um lugar comum recorrentemente referido nos relatos dos primeiros contatos com os homens que viviam nas terras recém-encontradas, ou mesmo quando se falava daquilo do que ainda não se tinha conhecimento. Nesse processo de contato com o que era até então desconhecido, a Europa a partir do século XV, por meio das navegações, passou por um conflituoso processo de choque. Vivia-se um embate com o

conhecimento que se passava a ter com as navegações, que se chocava com toda a bagagem cultural de ideias que se tinha sobre as criaturas e povos que viveriam nas terras para além do Mediterrâneo. O historiador Luiz Felipe Barreto exprime a profundidade desse processo de conhecimento ao assinalar que:

Nos finais do século XIV e inícios do século XV, o conhecimento máximo do planeta é de cerca de um quarto e encontra-se na mão da Civilização Islâmica. Ao longo dos séculos XV e XVI o conhecimento planetário aproxima-se, em extensão, da sua própria e global realidade e encontra-se na posse da Europa-Cristandade. (BARRETO, 1987, p. 2)

Dessa forma, tendo em vista esses processos de transformação originados pelo conhecimento adquirido com as experiências das viagens, somente com o desdobramento destas e já em finais do século XVI é que os relatos começam a ser mais objetivos a respeito dos povos descritos e dos aspectos geográficos das paisagens. Esse processo transitório é inclusive perceptível ao se comparar relatos de autores de diferentes épocas, observando a maneira como descreviam homens, culturas e os próprios aspectos econômicos das áreas percorridas, em diferentes momentos.

Assim, tendo em mente o papel que tiveram os relatos de viagem no contexto das navegações é possível tratar de seus conteúdos. Deve-se, contudo, compreender que o estudo de fontes tão complexas em sua configuração e distantes cronologicamente se dá em seu contexto próprio. Um dos primeiros obstáculos metodológicos naturais postos ao historiador é a premissa de que não é possível chegar a uma tradução exata que perpassa “palavra-por-palavra” as intenções que teve o autor de cada relato. Como o historiador Roger Chartier já esclareceu, as percepções do social não podem ser compreendidas como discursos neutros, caracterizando assim a produção de representações, sobre o outro, verdadeiras lutas nas quais é sempre necessário compreender “os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” sobre outros grupos. (CHARTIER, 2002, p. 17)

As ferramentas teóricas utilizadas no referido trabalho de pesquisa empreendido com estas fontes, partem inicialmente da premissa destacada acima, de Chartier, a respeito das formas de manuseio destas representações para fins de

pesquisa. De fato, compreendida a complexidade de se usar discursos de alteridade para compreender o universo do outro, mostra-se necessário empreender um trabalho metodológico bastante cuidadoso. Para isto, vale-se aqui de um tripé de referências que levam em conta diferentes aspectos desse tipo de fonte. Partindo da compreensão mais geral do papel das representações, da necessidade de contextualizá-las em seu próprio tempo e da utilização palavra escrita de teóricos como Chartier, passa-se para o território específico de produção das fontes.

Nesse sentido, apresenta-se aqui uma breve síntese de cada um desses três caminhos mencionados a fim de chegar a uma metodologia que possibilite apontar a validade de voltar o olhar para as potencialidades ainda não exploradas pelos escritos dos viajantes de Cabo Verde. Mas primeiramente é necessário apresentá-los, assim como uma breve biografia, são eles: André Álvares de Almada, André Donelha e Francisco de Lemos Coelho.

Segundo Avelino Teixeira Mota (MOTA, 1971, p. 13), tanto André Álvares de Almada quanto André Donelha eram homens pardos, nascidos nas ilhas de Cabo Verde, sendo o pai de Almada capitão. Em 1599, Almada teria recebido o hábito da Ordem de Cristo pelos serviços prestados, especialmente na defesa contra os estrangeiros. Almada fez diversas viagens à Guiné por volta de 1570 e escreveu *Tratado breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde* em 1594. Já Donelha esteve em Serra Leoa na armada de Antônio Velho Tinoco em 1574, no Rio Gâmbia em 1585 e é provável que tenha feito outras viagens à Guiné. Mas só em 1625 escreveu a sua *Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde*. Pode-se notar que o período em que Almada e Donelha estiveram na Guiné é bastante próximo, tendo Donelha retornado anos mais tarde a região, mas suas viagens datam basicamente das mesmas décadas, o que é interessante destacar, pois assim percebe-se que seus relatos se dão sobre as mesmas populações e em períodos similares, mesmo que seus escritos datem de diferentes momentos.

Francisco de Lemos Coelho, por sua vez, é o que menos se tem notícia, sabe-se que era comerciante, como os outros dois autores, e residente em Santiago, tendo comercializado com os guineenses durante cerca de 20 anos. Sua cidade de origem não é conhecida. Seus escritos datam de 1669 e 1684. Sendo este o autor de *Duas Descrições Seiscentistas da Guiné*. Como mencionado é possível que as

poucas informações acerca dos autores se devam ao fato de não se tratarem de moradores de Portugal.

Sobre as datas de publicação das obras dos três autores observa-se um distanciamento temporal, que pode ser tomado como obstáculo de análise. Destaca-se, contudo, que para a discussão que se propõe empreender, essa separação não figura um problema metodológico pelas poucas modificações nos contextos sociais internos de Cabo Verde no período, que serão aqui considerados, e pela própria vivência aproximada dos homens, como foi dito no caso de Almada e Donelha. Destarte, dada a apresentação dos autores e dos objetivos com o presente artigo, passa-se a uma discussão mais pormenorizada do processo de pesquisa e das ferramentas metodológicas que embasam o trabalho.

Os escritos no período da Expansão

A maior parte do *corpus* documental, produzido pelos diversos autores do período da expansão marítima portuguesa, conta com obras de referência na historiografia mundial para contextualizá-los em seus eixos de produção, assim como período específico. Por muito tempo, a análise dos escritos dos autores cabo-verdianos foi submetida a essas lógicas, até mesmo pela configuração da sociedade de Cabo Verde⁴, sendo compreendida tendo por base a historiografia que tratou de autores de origem europeia. Mais recentemente esta forma de compreensão das fontes dos autores e da sociedade cabo-verdiana vem sendo revista, como irá se discutir adiante, possibilitando situar no lugar adequado o caso dos autores aqui mencionados. Contudo, a historiografia de referência que tratou dos escritos do Ultramar, feita por autores europeus, delineou premissas de referência que serão

⁴ O povoamento de Cabo Verde iniciou-se em finais do século XV, processo este feito por portugueses saídos de Portugal que pouco a pouco acabaram por se relacionar com as mulheres da Costa. Os casamentos que resultaram dessas interações geraram uma população mestiça e amulatada, não muito bem vista pelos portugueses de Portugal. De toda forma, com o passar dos anos a estruturação da ilha foi sendo aperfeiçoada e como era previsto foram criadas suas próprias hierarquias. Por contarem com homens letrados sabe-se que a educação de boa parte deles foi propiciada por homens da igreja, o que também conferiu a sociedade cabo-verdiana um perfil católico, ainda que diferenciado no rigor do catolicismo praticado em Portugal. Dessa forma, criou-se em Cabo Verde uma sociedade formada em parte por portugueses e parte por africanos, inspirada nos preceitos católicos, mas que tinha convivência próxima com uma grande diversidade de crenças oriundas da costa africana, o que após décadas de interação creditou a Cabo Verde seu singular perfil. (MARK, 2002, p. 18-19)

aqui destacadas. Mas antes de destacar essas premissas há que se assinalar o perfil da sociedade que tornou a odisséia das navegações possível.

O maior traço da modernidade, que foram as navegações, chegou à Europa por meio da mais singular sociedade, pois o modo português de conceber o mundo ainda apoiava-se em premissas fortemente religiosas. Porém com o avançar dos séculos e o início das navegações, Portugal entra em conflito com a nova onda humanista que se instaura sobre a Europa e, até mesmo no processo de adaptação à modernidade, apresentou um perfil diferenciado.

Segundo Antônio Rosa Mendes, foi o impacto dos descobrimentos que trouxe a Portugal novos contornos, embora não seja possível caracterizar essas novidades como características de um processo de ruptura de mentalidades. (MENDES, 1993, p. 335) Observa-se em Portugal uma interessante síntese: a interpretação da sociedade portuguesa a respeito das navegações por uma ótica classicista e medieval, ainda que o fenômeno nas navegações e consequentes descobrimentos fossem considerados um marco da modernidade. Assim as navegações levaram a Portugal os primeiros traços humanistas, mas a assimilação desses, pela sociedade em geral, se dava em um contexto de ideias ainda reprimidas.

Ainda sob esta lógica, o historiador português Luís Felipe Thomaz ressalta, sobre o perfil da sociedade portuguesa nesse processo de transição de mentalidade, o paradoxo da vanguarda da expansão ter sido mérito de um país que em nada podia ser considerado como vanguarda (THOMAZ, 1994, p. 3), pois em todos os demais aspectos Portugal apresentava ligeiro atraso com relação aos demais países europeus.

Dessa forma, figura a qualquer leitor crítico uma contradição visível ao conceber a premissa dos dois historiadores sobre os feitos portugueses. Portugal não era o único país com acesso aos elementos necessários para se lançar as navegações e menos ainda o que possuía o mais significativo desejo de progresso associado à modernidade. Seus primeiros anseios com os lucros obtidos com as navegações eram justamente o de manter o status social da nobreza e não o sucesso administrativo dos descobrimentos, por meio de investimentos na empreitada das navegações.

Tal dualidade, do moderno e do conservador, herdada do período medieval, motivou a questão colocada por Antônio Manuel Hespanha do “porque é que foi

‘portuguesa’ a expansão portuguesa”. Se o Renascimento e a difusão das ideias modernas chegavam a Europa por tantos outros países, parece curioso ter sido Portugal o expoente dessa modernidade em termos práticos, ou seja, por meio do conhecimento advindo das navegações. O que se sabe é que tal perfil foi mais além e manteve a influência até na forma de governar da monarquia, caracterizando-a por não apresentar um modelo rígido de governabilidade e domínio. A historiografia mais recente⁵ caminha no sentido de apontar que foi justamente o idiossincrático perfil português, e sua flexibilidade nas formas de governo, o segredo do sucesso e prolongamento do poderio português no período moderno. Assim, suas contradições lapidaram justamente o sucesso da forma de governar de Portugal.

O perfil português ainda norteou outro mecanismo social que Ronald Raminelli discute em seu *Viagens Ultramarinas*. Uma das preocupações da nobreza de Portugal era a manutenção de seus padrões de vida, que foi um dos alvos principais dos lucros obtidos com as conquistas, diferentemente do que ocorria em outros países no mesmo período. Essa característica parece ter sido herdada pelos homens de outras camadas sociais que buscavam a manutenção e a concessão de privilégios por meio dos serviços prestados. Dessa forma, é possível perceber na literatura do período o anseio dos homens que se lançavam ao mar e as novas terras, que ressaltavam em suas descrições os aspectos que poderiam interessar a coroa portuguesa e, reconhecida a validade de seus relatos, conferir-lhes cargos e mercês.

A importância desses escritos e o papel na administração política que desempenhavam foram ressaltados por Raminelli:

Mas o mundo colonial transformado e transportado em papel não interessava somente a Coroa. Vice-reis e governadores também recebiam serviços de subordinados e viabilizavam cargos e mercês concedidas pelo rei. Eram, enfim, intermediários entre os moradores das conquistas e o rei. Como o comércio e a agricultura, administradores, moradores e viajantes ativavam também os laços entre as partes do império, alimentavam a rede, conectavam os pontos distantes sob o controle dos portugueses. Esses agentes eram indispensáveis ao processo de governar as possessões, pois

⁵ Historiografia representada por autores como Antônio Manuel Hespanha, Maria de Fátima Gouvêa, Nuno Gonçalo Monteiro, João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho, entre outros, que discutiu as formas como o perfil português possibilitou o desenvolvimento de um mecanismo administrativo de governo diferenciado, gerando certa autonomia aos poderes locais na Colônia, sem deixar de emanar o poder da unidade da Monarquia.

interligavam terras e gentes do império, promoviam os negócios e efetivavam a liberdade régia. (RAMINELLI, 2008, p. 20)

Raminelli destaca a importância dessas produções textuais na dinâmica de interação entre Conquista e Reino. O mesmo pode-se inferir sobre África, ainda que seja necessário ressaltar que a comunicação entre Portugal e América tenha sido mais intensa, como indica a quantidade de documentação trocada no período. No entanto, o que a historiografia sobre o tema procura demonstrar é que o interesse nas mercês não era um privilégio dos autores que escreveram sobre América ou África. O que também é perceptível pelos autores luso-africanos, os quais serão discutidos adiante, é que possivelmente esse interesse não era nem mesmo restrito aos autores portugueses ou ligados a corte. Esse mecanismo de busca e retorno de reconhecimento junto à coroa caracterizou o Antigo Regime e é interessante perceber que essa busca por reconhecimento era algo visível. De forma direta essa possibilidade de recompensa pelos serviços prestados influenciou as produções sobre as terras e os homens que foram descritas nos relatos de viagem e é bastante provável que os autores cabo-verdianos também tenham sido motivados por este mesmo motivo.

A administração portuguesa criou mecanismos de reconhecimento desses serviços por meio do perfil não convencional de governo. O controle de seus territórios e possessões acabou por contar com essa ferramenta que possibilitava a manutenção e obtenção de títulos, pelos homens que servissem a coroa e contribuíssem por meio de distintas formas e serviços. O caso de Almada é interessante nesse aspecto, pois seu hábito da Ordem de Cristo lhe foi concedido por sua ajuda na defesa do arquipélago contra estrangeiros, mas seu relato pode de alguma maneira ter contribuído entre os serviços prestados.

Essa breve síntese sobre o cenário português das navegações é necessária para compreender o avanço da análise dos demais fatores, por este motivo foi exposta primeiro. Passa-se agora à compreensão dos aspectos que condicionavam os autores dos relatos de viagem em seu ato de descrever homens e grupos após os primeiros contatos. Para tal análise discutir-se-ão premissas de alguns autores que se dedicaram a essa questão. Sobre o mesmo período há a perspectiva de José da Silva Horta, que trata em específico dos relatos sobre a região da Guiné. Abarcando sumariamente as principais questões sobre esse universo das

descrições, embora seja necessário destacar que a literatura sobre os desdobramentos dessa temática é bastante vasta.

Contudo, não é possível aqui listar e discutir todas as obras de valor inestimável a temática, visto que dessa maneira perder-se-ia de vista o objetivo do artigo. Como foi destacado, diversos foram os vetores que compuseram o quadro da expansão e o que aqui se pretende destacar é a face que reflete o ato de narrar ao público europeu/português os cenários que muitas vezes só eram conhecidos na bagagem mítica repassada por gerações. Descrever o desconhecido exigia do autor do relato o compromisso de se fazer entender por aqueles que não podiam presenciar o que era observado pelo viajante.

A respeito desse fazer, José da Silva Horta frisa que as imagens criadas pelos autores, ou as representações,

enquanto tradução mental de uma realidade exterior percebida, implica um processo de abstração que passe pelo gerir – mais ou menos inconsciente – das classificações disponíveis no stock cultural para tornar inteligível e avaliar essa realidade. (HORTA, 1991, p. 209)

Dessa forma, o estudo da criação dessas imagens deve considerar as vivências pessoais dos autores dos relatos o que primeiramente justifica a contextualização da sociedade portuguesa anteriormente apresentada. Para Horta, assim seria possível perceber a forma como o pensamento dos viajantes se articulava e sobre quais premissas políticas, culturais e econômicas ele iria interpretar povos e culturas que observava. O que permite inferir que algumas descrições empregadas pelos autores tinham por objetivo aproximar ao máximo as características semelhantes entre mundo europeu e objeto descrito⁶, ao mesmo tempo em que distanciar ao máximo, empregando um julgamento de valor, os aspectos que fugissem ao que era aceitável pela sociedade europeia, como, por exemplo, os cultos e rituais pagãos.

⁶ Algumas traduções que faziam os viajantes valiam-se de aspectos conhecidos do mundo europeu, para que assim fossem compreendidos por seus leitores. O próprio uso do termo “Rei” para designar os chefes de grupos étnicos encontrados é um exemplo dessas aproximações. O viajante tinha consciência de que os líderes em nada se assemelhavam à grandeza de seus reis, contudo, por meio dessa resignificação a representação do chefe seria melhor compreendida por sua posição social ante aos demais.

Há ainda que se destacar o que Horta aponta como aspecto inconsciente nesse processo de descrever, pois nem sempre as aproximações e distanciamentos feitos pelos autores seguiam métodos previamente definidos, muitas vezes na leitura de suas obras é quase possível perceber o choque e a indignação com que o viajante narra determinada cena. Dessa forma, é perceptível que os julgamentos de valor e as interpretações feitas pelos autores acerca das realidades observadas devem ser analisados como expressões da compreensão pessoal que tinham daquilo que descreviam, condicionadas pelas preocupações em se fazer entender e chamar atenção para o que narravam.

Ainda nesse sentido, Antônio Luiz Ferronha frisa o seguinte:

Também não se podia esquecer que quem escrevia sabia que a expectativa dos próprios leitores (e censores!) requereria o cumprimento desta convenção, procurando reconhecer nas descrições de povos e terras longínquas o que havia de semelhante com a sua cultura, em vez de descobrir o diferente. E, para obter crédito junto dos seus contemporâneos, descreviam as maravilhas que todos queriam ler... (FERRONHA, 1991, p. 135)

Contudo, nesse processo de creditar valor ao seu relato, o viajante passava por processos intrínsecos ao contato com diferentes culturas com a qual era familiarizado. Os choques pessoais internos, a respeito dos valores sobre os quais cada viajante formou seu *stock* cultural, refletiam processos não intencionais de tradução do outro e das próprias reações que os africanos tinham ao serem colocados frente a frente com o “eu”, ou seja, o viajante. Ferronha complementa seu argumento destacando como este processo possibilitava o próprio entendimento do lugar do viajante no universo do outro, ao dizer que “Importa, não só conhecer os seus valores religiosos, mas sobretudo situarmo-nos na sua perspectiva e experimentar ver-nos tal como aparecemos aos seus olhos – este confronto com o outro acaba por esclarecer também a nossa própria posição.” (FERRONHA, 1991, p. 135).

Por fim, tem-se a perspectiva de Francisco Ferreira de Lima que talvez forneça uma melhor definição desses mencionados processos de conflito pelos quais passavam os viajantes. Descrever e traduzir o universo do outro possibilitava o melhor entendimento da realidade do viajante, seu lugar nesse novo contexto onde seus valores faziam agora parte de um todo que era muito maior do que aquele no

qual ele havia sido criado, um universo onde o saber europeu era um, no meio de homens tão diferentes e de culturas tão variadas:

frente a frente com um novo estado puro, os homens vêem repentinamente suas ferramentas mentais perderem utilidade. E, embora alguns estejam vestidos, é como se estivessem todos nus, pois nenhum princípio regulador funciona. Por momentos, vive-se a vertigem de um vazio completo, que provoca uma espécie de catástrofe nos saberes organizados dos descobridores. Nada explica nada, como se o homem pudesse viver fora das noções de espaço e tempo. (LIMA, 1998, p.16)

Os discursos de superioridade

Como citado anteriormente, a afirmação de Chartier, segundo a qual “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesse de um grupo que as forjam” (CHARTIER, 2002, p. 17), norteia o processo de compreensão do trabalho de produção dos relatos de viagem. Desse modo, o processo de compreensão de como foram constituídas as fontes é crucial para que a própria análise do material de pesquisa seja feita de maneira mais consciente, uma vez postos os limites e cuidados metodológicos necessários para se lidar com o discurso dos autores será possível trabalhar com os filtros empregados pelos mesmos na forma de olhar e descrever os objetos de seus escritos.

A obra de Edward Said intitulada *Cultura e Imperialismo* é bastante interessante com relação à maneira de se pensar o processo de descrever o outro, quando a postura do autor, em relação ao objeto de sua descrição, é uma postura de superioridade, seja ela social, cultural ou intelectual. Essa hierarquia apresenta-se nos relatos de viagem de diversos períodos da história da humanidade e é um dos vetores de grande importância a serem considerados na análise dessas fontes. É importante destacar que as reflexões de Said se dão sobre o contexto do imperialismo e que esse possui diferenciações com relação ao período aqui destacado. Imperialismo e expansionismo foram momentos marcantes na história europeia, com variadas distinções e peculiaridades que devem ser observadas. No entanto, com relação à postura do *eu*, que descreve, para com o *outro*, descrito, a

maior diferença estava na importância da raça, no caso do imperialismo, e da religião, no caso do período expansionista português.

Essa diferença já foi apontada por historiadores que abordaram a temática e demonstraram que se no século XIX o prisma qualificador de uma sociedade era associado a uma interpretação de raça, que se desenvolvia no período, devido a criação das teorias raciais e evolucionistas da época, nos séculos XV ao XVII era de maior importância ao europeu a filiação religiosa de um povo. Ainda assim do ponto de vista teórico é possível aplicar as afirmações de autores que, como Said, abordaram o tema dos discursos da alteridade.

O historiador Alexander Gebara também faz uma discussão de mesma natureza que Edward Said, destacando como a construção da imagem dos povos relatados, na Europa, foi condicionada pelas representações fornecidas pelos viajantes. Gebara aponta para o fato de que nas descrições, ou do que é possível inferir sobre elas, o nativo é sempre submisso ao colonizador. Ou seja, a interpretação, boa ou má, que o viajante faz dos grupos que descreve é transmitida para as personagens por ele narradas. Em outras palavras, nos escritos era como se o nativo não só considerasse o europeu como superior, mas também criasse uma imagem negativa sobre si mesmo. (GEBARA, 2006, p. 18)

Esse é um ponto interessante e necessário de se destacar, pois os relatos dos autores cabo-verdianos também expressam este aspecto. O exemplo mais palpável a esse respeito é o ato de descrever o africano como desprovido de todo e qualquer tipo de religião ou fé, mesmo ao deparar-se com práticas religiosas, isso porque os viajantes da era moderna não creditavam ao *outro* a capacidade de organizar sua fé de maneira estruturada nos moldes religiosos que lhes eram familiares no universo católico. Percebe-se que nos trechos em que isso ocorre, em geral, seguem situações nas quais os africanos declaram sua ignorância, enfatizada por algum ritual idólatra.

Por vezes parece que a intenção do viajante é a de demonstrar culpa por parte do africano por proferir sua fé, nessas situações em geral o trecho é seguido por alguma demonstração de afinidade com a fé católica ou expressão de maleabilidade em suas práticas que propiciariam a aceitação da fé cristã. Percebe-se que a culpa e a ignorância destacadas são para o leitor um sentimento que parece partir do africano, mas em um olhar mais pormenorizado é possível

questionar a fonte e notar que a construção do discurso do viajante condiciona ao olhar que ele mesmo dedicava e intencionava que seu leitor compartilhasse. A partir desta colocação reafirma-se a importância de entender a constituição do relato e os componentes internos e externos de sua produção, pois longe de serem falas despreocupadas, os escritos e autores, sejam os do período imperialista ou os aqui trabalhados, eram absolutamente complexos em seus objetivos.

Os africanos eram colocados em uma posição de ignorância, na qual pareciam aguardar pela salvação através do contato com aquilo que era certo ou ideal para o viajante. E é isso que ele buscava ressaltar com seu relato para o leitor. Ao destacar que “Não importa de fato a relação entre a descrição de Burton e a realidade observada, é o autor do texto que domina a cena e confere-lhe significação” (GEBARA, 2006, p.18), Gebara exprime a forma como o discurso do viajante exerce papel fundamental de influência na forma como o público europeu irá olhar para o nativo. A própria imagem criada sobre este no decorrer dos anos seguiu essa lógica, o desconhecido como primitivo e inferior, clamando por contato com a civilização e bons costumes.

Nesse sentido, é importante considerar o que Edward Said destaca, a respeito da leitura dessas fontes aplicando ao caso dos autores de Cabo Verde, de que esta leitura “deve considerar ambos os processos, o do imperialismo e o da resistência a ele, o que pode ser feito estendendo nossa leitura dos textos de forma a incluir o que antes era forçosamente excluído.” (SAID, 2011, p. 123) É perceptível que nas diversas naturezas de discursos os vetores que orientaram o olhar dos viajantes seguiram os pressupostos direcionadores de seu tempo. No caso dos autores de Cabo Verde, o método de análise pensado para ser aplicado é o de atender para as diferenças de discurso e posicionamento dos três viajantes com relação ao africano e como seus escritos foram influenciados pelas trajetórias pessoais em cada caso, fazendo uma análise de cada autor em particular e caminhando no sentido de perceber o que era “forçosamente excluído” da fala intencional dos viajantes com relação aos africanos.

O aporte dos luso-africanos

Foi apresentado até o momento o panorama em que se inserem a produção das descrições dos viajantes do período expansionista, assim como algumas das ferramentas metodológicas essenciais para pensar o trabalho de pesquisa que tenha como fontes essas descrições portadoras dos discursos de alteridade. No entanto, estudos mais recentes têm fornecido lugares diferenciados para casos mais específicos e particularizado à compreensão da realidade das ilhas de Cabo Verde possibilitando um lugar próprio para o enquadramento dos relatos de autores da região. Peter Mark e José da Silva Horta apontam para a necessidade de promover um estudo diferenciado para esses cabo-verdianos. A respeito disso, Horta destaca:

Esta tendência vai acentuar-se na nova sequência textual sobre a Guiné a partir do último quartel do século XVI. Nos autores do mundo cabo-verdiano-guineense a comparação e analogia é feita mais entre as diferentes sociedades da costa do que por referência às realidades europeias. Uma mudança na própria lógica do discurso que também obriga a revisões no modelo de análise das representações construído para o período dos primeiros contactos. (HORTA, 2011, p. 424)

Dessa forma, dadas as contribuições de estudos que possibilitaram a maior compreensão da articulação identitária dos homens nascidos e criados em Cabo Verde, ainda que descendentes diretos de portugueses, figura-se a possibilidade de compreensão mais pormenorizada de suas realidades pessoais. O que interfere diretamente nos trabalhos produzidos até o momento, abrindo caminho para aprofundar o estudo dos relatos de homens como Almada, Donelha e Lemos Coelho.

Essa nova atenção para o caso dos autores de Cabo Verde cede maior espaço para destacar as diferenciações dos relatos desses três autores, que não cessam em sua origem. É perceptível a diferença em sua forma de redigir o texto, de descrever a cultura do outro observado e as oscilações entre aproximação, distanciamento e de julgamento de valor, segundo os eixos *axiológico* e *praxiológico* propostos por Tzvetan Todorov (TODOROV, 2003), que muito possivelmente eram associados a sua própria longa vivência no continente africano. Como exemplo mais perceptível disso nas fontes tem-se o caso da associação pejorativa da cor negra, que carregava significados mal fundamentados do imaginário religioso segundo os

quais eram associados, por exemplo, a demônios que corriqueiramente eram representados negros.

É interessante perceber que em geral, a cor e a nudez eram os signos mais frequentemente associados negativamente pelos autores portugueses para representar a cultura dos grupos descritos. No caso de Almada, que era um mulato, raramente a cor é mencionada e quando ocorre aparece como referência comparativa “Os mais negros desta costa enterram-se por esta maneira” (ALMADA, 1994, p. 46) ou, como menciona Lemos Coelho, “que são os mais valentes negros que tem todo Guiné.” (LEMOS COELHO, 1990, p. 58)

Isso não implica em afirmar que não existisse em suas considerações julgamentos de valor a respeito das práticas culturais dos homens pertencentes aos grupos étnicos, afinal, esses viajantes foram criados sob preceitos cristãos. O que parece interessante destacar é como haveria um conflito de interesses se um mulato empreendesse um julgamento de valor baseado unicamente na cor. Tal aspecto demonstra como é diferenciada a perspectiva de interpretação sobre o africano dos viajantes de Cabo Verde e aponta para as possibilidades de diferentes representações criadas por esses autores. O que ressalta a necessidade de se dedicar maior atenção ao caso, pelo que podem vir a oferecer além do padrão de interpretações fornecido pelos viajantes portugueses dos séculos XV e XVI em seus relatos.

Ainda sobre a importância e a validade da presente proposta, que abrange essas novas considerações a respeito do estudo dos relatos dos viajantes cabo-verdianos, associa-se outra questão que vem sendo debatida com relação à natureza dessas fontes narrativas. A historiadora portuguesa Ana Cristina Roque argumenta para a importância da não associação direta desses escritos às finalidades oficiais, por não terem sido encomendados ou possuírem um fim previamente estabelecido por autoridades reais. Como é o caso dos três autores, que como mencionado, não possuíam vinculação direta com a coroa portuguesa. As considerações apontam para a particularidade dos escritos que não possuíam esse compromisso oficial em seus objetivos de produção, pois como assinalado por ela, o viajante:

Não tendo sobre si a responsabilidade oficial do conhecimento é, de facto, o principal responsável pelo diálogo quotidiano com as gentes da terra e que, por isso, detém a posição privilegiada de poder relatar a “realidade”. Ainda que, naturalmente, a “realidade” não possa ser considerada em absoluto, como única, verdadeira e indiscutível pela componente de subjectividade que encerra e pelas múltiplas leituras que, por essa mesma razão, dela se pode fazer. (ROQUE, 2011, p. 92)

Ainda que as considerações de Ana Roque não sejam sobre o caso dos viajantes aqui destacados, são perfeitamente aplicáveis. O aspecto de maior importância na fala da autora é o destaque que ela dá ao fato de poderem coexistir em uma mesma premissa os conceitos de representações e de descrições que poderiam retratar uma “realidade” mais aproximada. Essa perspectiva ilustra um ponto interessante a ser abordado no estudo das obras dos três autores. Se haveria a possibilidade de um lugar diferenciado para as representações por eles criadas do africano, vistas como retratos de uma realidade sob um ponto de vista diferenciado, mas familiarizado com formas, costumes e práticas existentes na costa africana, observada por viajantes que estiveram na Guiné.

O que se busca ressaltar e chamar a atenção é que notado a posição de observação diferente, e por que não privilegiada, dos autores de Cabo Verde, outros ângulos da história até o momento escrita, seja no âmbito regional ou mesmo o que reflete na história portuguesa, podem ser iluminados. No caso dos autores cabo-verdianos o conhecimento deles sobre a região era maior, visto o longo período de comércio estabelecido na região da Costa da Guiné e a convivência de muitos anos com diversos grupos étnicos da região. Uma interpretação que considere a maior proximidade da “realidade” do africano, como a dos autores luso-africanos, visto o mencionado por Ana Roque e salvas as considerações mais recentes sobre o contexto próprio desses viajantes, permitiria somar aos estudos sobre a região da “Guiné do Cabo Verde” uma nova ferramenta, com suas próprias especificidades, ao estudo de sua história. O próprio estudo dessa região da África pela escrita de africanos, ainda que luso-africanos, abre portas para um novo prisma de análise sobre o perfil dos homens da Costa descritos nas obras.

As ricas especificidades que particularizam os autores luso-africanos e suas obras são ainda maiores, o historiador Raul Mendes Fernandes, em um trabalho

específico sobre a escrita de Almada, se dedica a outros aspectos relevantes. Segundo Fernandes:

O olhar de Alvares d'Almada é de uma forma antecipatória um olhar semelhante ao dos exploradores do séc. XIX. [...] O dispositivo de André Alvares está na origem da “ambivalência” e da “contradição” do seu olhar na construção da “alteridade” que se situa na fronteira entre o olhar dos Viajantes do Renascimento que ele ainda não perdeu e o dos Exploradores do séc. XIX que ele ainda não adquiriu. (FERNANDES, 2007, p. 3)

A escrita de Almada, assim como a de Donelha, apresenta vários fatores que sugerem o rompimento com uma forma de conceber o mundo nos moldes dos viajantes portugueses do século anterior, sua descrição é mais objetiva e menos carregada dos ares medievais compartilhados por autores como Zurara. Fernandes destaca ainda que:

Os conceitos empregues por D'Almada para descrever os africanos são os mesmos que ele utiliza para descrever os europeus. [...] O dispositivo de D'Almada devia implicar um olhar minucioso sobre o funcionamento dos Reinos, a sua organização, a sua relação com o exterior, sua delimitação, suas forças e fraquezas, suas nações, as armas e técnicas de guerra, a acessibilidade, as potencialidades de exploração de riquezas e de comércio de escravos e bens, e os sistemas de justiça. (FERNANDES, 2007, p. 10)

O trabalho de Raul Fernandes concede um lugar diferenciado ao relato de Almada e atenta para questões como a de que o “olhar de André Alvares é de total oposição em relação ao Outro, mas ao mesmo tempo de reconhecimento” (FERNANDES, 2007, p. 22), o que lhe caracteriza de modo diferenciado por ter uma origem distinta. O autor ainda demonstra, no decorrer de seu texto, como nesse reconhecimento da cultura do outro, Almada promovia aproximações e distanciamentos com segmentos dos grupos, como a realeza e os sacerdotes, creditando a cada um descrições específicas e esclarecedoras.

Raul Fernandes delineia uma perspectiva de análise muito interessante de se empreender, mas para o caso aqui apresentado, a ideia seria levar em conta o perfil de três autores de Cabo Verde. Em um olhar rápido pelos três relatos é visível como o relato de Donelha segue a risca a receita da obra de Almada, dedicando bastante atenção à cultura dos grupos da região, seus aspectos geográficos e de interação

entre povos, em linhas gerais, podendo ser enquadrado nos mesmos méritos do que é dito sobre Almada, sendo suas diferenciações no aspecto de narrar o que por vezes não aparece em Almada, ainda que o relato deste seja mais extenso que o daquele. Contudo, Lemos Coelho é o viajante que instiga a proposta de um estudo comparado da vida e obra dos autores. Sua escrita é diferenciada, mais rebuscada e de grafia distinta, o que desperta curiosidade. Seu posicionamento com relação aos africanos é relapso e o autor deixa claro que não vê necessidade de perder muito tempo falando de determinados grupos como no caso dos Jalofos sobre os quais após dedicar algumas poucas linhas destaca que: “dei notícia desta gente com esta distinção, porque não pretendo falar mais neles”. (LEMOS COELHO, 1990, p. 8)

A postura diferenciada de um cabo-verdiano como Lemos Coelho em uma breve comparação inicial com Almada e Donelha sugere a existência de motivações externas que poderiam levar a esse comportamento mais distanciado. Dessa forma, o estudo das trajetórias dos autores, das mercês recebidas e contatos estabelecidos mostram-se como caminho hábil para compreensão de cada caso dos autores, que distinguem de maneira tão específica entre si.

A identidade Luso-Africana

Seguindo a onda dos novos estudos que se têm apresentado e aberto caminho para as propostas específicas ao caso dos autores nascidos na sociedade de Cabo Verde, mostra-se necessário recontextualizar alguns conceitos e adaptar ferramentas metodológicas ao caso desses autores. Creditando um lugar especial, em meio a todo estudo da influência da sociedade portuguesa no imaginário do período, a essa sociedade constituída de forma singular, como foi o caso de Cabo Verde. Assim, para finalizar as colocações a respeito dos novos caminhos que se abrem para um novo olhar às fontes desses autores será feita uma breve exposição sobre os escritos mais recentes sobre a sociedade cabo-verdiana.

O historiador Peter Mark em seu livro *‘Portuguese’ Style and Luso-African Identity* apresenta vários aspectos importantes a serem destacados ao pensarmos os autores de Cabo Verde. Este professor de história da arte, na Wesleyan University, argumenta sobre a forma como os mestiços das ilhas, filhos de portugueses recém-chegados, compreendiam sua posição na sociedade cabo-

verdiana. Uma de suas primeiras considerações é a respeito da forma como esses homens se intitulavam, chamando a si mesmos de “portugueses”⁷, independente de serem mulatos⁸ ou não. Denominação que possivelmente só era compartilhada pelos próprios residentes das ilhas. O autor prossegue em uma análise da organização social da ilha e dos lugares correspondentes aos lançados⁹, mestiços, africanos da costa e portugueses, e destaca três principais aspectos que caracterizavam a identidade desses homens. O primeiro deles era a língua crioula, “que era uma mistura do vocabulário português juntamente com a estrutura gramatical das línguas do atlântico ocidental”. O segundo a religião católica, “religião luso-africana era na verdade um amálgama entre cristianismo, judaísmo e práticas africanas” (MARK, 2002, p. 176). E a terceira característica definidora era a cultura material das comunidades da Senegâmbia e da Guiné, ou como ele estende explicando, a arquitetura de suas construções.

O atrativo da região era justamente por ser uma zona de simbiose e que não apresentava um universo excludente para judeus nem africanos, o que possibilitaria transformações sociais quando da chegada à região. A realidade diferenciada e o

⁷ O autor ainda completa assinalando que: “the Luso-Africans developed a culture that was itself a synthesis of African and European elements.” (MARK, 2002, p. 173) Tradução livre: “os luso-africanos desenvolveram uma cultura que era em si uma síntese de elementos africanos e europeus.”

⁸ Sobre o caso específico de Almada, o autor argumenta que “Almada used the term 'black' to refer to Africans and 'white' to Portuguese and Cape Verdeans, probably reflecting attitudes about color prevalent in late-sixteenth century Portugal. At the same time, however, Almada's terminology did not follow a simple oppositional model, and he transformed pre-existing Iberian terminology. Cape Verdean society was already widely intermarried in the sixteenth century and Almada himself was apparently a mulatto”. Demonstrando como o peso da cor deve ser relativizado na obra de Almada. (MARK, 2002, p. 185) Tradução livre: “Almada usou o termo ‘negro’ para se referir aos africanos e ‘branco’ para o Português e cabo-verdianos, provavelmente refletindo as atitudes sobre a cor predominante em Portugal em finais do século XVI. Ao mesmo tempo, porém, a terminologia de Almada não seguiu um modelo de oposição simples, e ele transformou terminologia ibérica pré-existente. Sociedade cabo-verdiana já era amplamente ligada pelo casamento no século XVI e o próprio Almada era, aparentemente, um mulato”.

⁹ Os lançados eram estrangeiros em terras africanas que foram incorporados a muitos grupos étnicos, podiam ser fugitivos portugueses ou, como ressalta Alberto da Costa e Silva, chegava a costa e ficavam pelos mais diversos motivos: “alguns ficavam por dever, outros para cumprir pena de degredo; este por crime a bordo ou rebeldia; aquele na esperança de encontrar riquezas, por espírito de aventura para fugir a um destino que antecipava pior, ou para tirar de cima de si, por ser judeu, uma pele de cristão-novo que o afligia ou incomodava.” (COSTA E SILVA, 2002, p. 231) Adentraram os grupos adotando boa parte de suas práticas culturais e em muitos casos até mesmo aderindo as escarificações. Mas vale lembrar que muitos antes disso “morriam no prazo de alguns meses, vitimados pela malária, a febre amarela ou as diarreias. As enfermidades matavam não apenas os que eram deixados na costa da África ou nela se lançavam – daí o nome, lançados, que tomariam.” (COSTA E SILVA, 2002, p. 231) Eles se diferenciavam dos luso-africanos em meio a sociedade e eram mal vistos inclusive por estes últimos.

horizonte de possibilidades permissivo das ilhas são destacados pelo autor e devem ser considerados como componentes norteadores dos trabalhos dos viajantes.

Por outro lado, tem-se a perspectiva de Antônio Luís Ferronha, que situa a capacidade de Almada e de seu relato ao classifica-lo como fruto de sua creoulidade, apontando a razão de sua diferença narrativa e seu olhar à seu “esforço etnográfico meritório, para quem não tinha ainda os ensinamentos teóricos operatórios de análise das sociedades. É bom não esquecer que este autor também é fruto da “mistura” entre dois povos, o europeu e o africano.” (FERRONHA, 1994, p. 17) O que parece possível perceber é que a associação do contexto das ilhas com os relatos dos autores que dela se originaram ainda é uma ferramenta metodológica recente. Necessária de ser empreendida e que deve ser somada a uma análise que considere as trajetórias pessoais dos autores, assim como o estudo comparado de cada caso.

Ainda sobre as considerações de Peter Mark, seu prisma de análise sobre a identidade dos luso-africanos se dá prioritariamente sobre as relações entre práticas africanas, cristãs e quando muito judaicas. Esse foco adotado em suas considerações acaba por excluir outro componente importante da realidade da Guiné. Como é o caso do negro Gaspar Vaz, descrito por Donelha e analisado por Peter Mark. O trecho deste mandinga no texto de Donelha informa o seguinte a respeito de Gaspar Vaz:

Eu trago senhor, este trajo porque eu sou sobrinho de Sandequil, meu tio, ficou herdeiro de todos os seus bens, e por isso trago os vestidos que Vossa Mercê Vê, mas na Lei de Mafamede não creio, mas antes me aborrece Na Lei de Cristo Jesus creio, e pera que Vossa Mercê saiba ser verdade o que digo (despio o camisão, ficou em Jubão e camisa ao nosso modo, e do pescoço tirou um Rosário de Nossa Senhora dizendo) todos os dias me encomendo a Deos e a Virgem Nossa Senhora nesse rosário. E se eu não morrer, e vier a herdar essa casa do meu tio, farei pera pôr em Santiago alguns escravos, e achando embarcação hei-de ir viver nessa ilha e morrer antre cristãos. Não me aproveitou pouco achá-lo em Gambea, porque me servia em tudo, e o que comprava era polo preço que corria antre eles, mui diferente do preço que vendiam aos tangomaos. E me servia de intérprete e língoa, que lá chamam chalona.

De forma resumida, o mandinga apresenta-se a Donelha como cristão, trajando um camisão branco, uma característica vestimenta muçulmana, ao passo em que menciona uma tradição sucessória matrilinear e, em meio a suas nóminas,

que o associa a fé islâmica, está um rosário que comprovaria sua fidelidade, perante o viajante, ao cristianismo. O caso de Gaspar Vaz é curioso e demanda um trabalho específico para o entendimento de seu perfil, mas é interessante perceber como Peter Mark o analisa como um transmissor de culturas entre luso-africanos e as sociedades africanas, sem ao menos mencionar a filiação islâmica de seu perfil. Neste caso, o trecho de Donelha serviria mais para abordar o perfil dos comerciantes mandingas pela costa do que para abordar o papel desse mandinga associado à identidade luso-africana, embora seja importante perceber que o objetivo de Peter Mark não era o de caracterizar Gaspar Vaz, pois o autor considera em outros textos o aspecto islâmico, sobre o qual tem conhecimento.

Destaca-se outra possibilidade de estudo nesse trecho, o de caracterizar o perfil dos mercadores mandingas com os quais tinham contato os autores. A respeito disso, o local social em que se inseriam os luso-africanos também diferenciava a forma de olhar os mandingas, Peter Mark sobre isso frisa que “não surpreendentemente os senegambianos que foram influenciados pelo contato extensivo com os comerciantes europeus fossem frequentemente retratados de maneira positiva.” (MARK, 1980, p. 94) Como se percebe ser o caso de Gaspar Vaz no relato de Donelha, mesmo sob tantas características alheias a realidade cristã, que parecem ser ignoradas por Donelha assim que o mandinga se denomina cristão.

Destarte, considerando o que foi discutido até aqui objetiva-se apontar para o lugar privilegiado que ocuparam os viajantes de Cabo Verde, com relação a realidade que observaram e descreveram. O que torna esses autores homens mais próximos ao cotidiano da Guiné, possuidores um conhecimento mais profundo acerca dos homens que descreviam e o que legitima a proposição de fornecer um lugar diferenciado aos seus escritos. Salvos os apontamentos aqui feitos, tais fontes podem ser observadas como novas ferramentas para o estudo da região, não por não terem sido até agora estudadas, mas porque devem ser recontextualizadas e salvaguardados seus próprios méritos diferenciadores. Pois, como se tentou aqui demonstrar, o manancial teórico e metodológico empreendido para contextualizar os relatos de viagem do período das navegações, não é mais suficiente por si só para analisar em profundidade os conteúdos dos relatos.

Nos últimos anos, o conhecimento a respeito do arquipélago e sobre sua importância tem transposto as associações somente a sua função ligadas ao

comércio de escravos com o mundo atlântico. A emergência dessas problematizações está dando margem para novos olhares sobre questões já discutidas, mas no caso dos autores mencionados também a algumas que não foram abordadas mais profundamente. Sob as distintas óticas, o que parece não mudar é a necessidade de dedicar um lugar de maior realce aos três relatos e dedicar aos escritos dos cabo-verdianos um lugar de destaque seja por sua origem diferenciada, e as contribuições que podem fornecer na literatura de viagem, mas especialmente no que podem oferecer para o entendimento dos africanos da Guiné.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Luis de, FERRONHA, Antônio Luis, HORTA, José da Silva, LOUREIRO, Rui. *O confronto do olhar*. O encontro dos povos na época das Navegações portuguesas. Lisboa: Editorial Caminho. 1991.

ALBUQUERQUE, Luís de. *Ciência e experiência nos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Veiga e Antunes, 1983.

ALMADA, André Álvares de. *Tratado Breve dos Rios de Guiné de Cabo Verde*. Leitura, introdução, modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1998.

DONELHA, André. *Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar. 1977.

FERNANDES, Raul Mendes. André d'Almada: um certo olhar "renascentista". *O Cabo dos Trabalhos*: Revista Electrónica do Programa de Doutoramento Pós-Colonialismos e Cidadania Global, n. 2, 2007.

GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. *A África presente no discurso de Richard Francis Burton*: uma análise da construção de suas representações. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

HORTA, José da Silva. Perspectivas para o estudo da evolução das representações dos africanos nas escritas portuguesas de viagem: caso da 'Guiné de Cabo-Verde' (Sécs. XV-XVII). In: ROGRIGUES, José Damião; RODRIGUES, Casimiro (ed.). *Representações da África e dos africanas na história e cultura – séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: Centro História de Além-Mar, 2011.

_____. A representação do Africano no literatura de viagens do Senegal à Serra Leoa (1453–1508). *Mare Liberum*, 2, p. 209–338, 1991.

HESPANHA, Antônio Manuel. Porque é que foi "portuguesa" a expansão portuguesa? ou O revisionismo nos trópicos. In: *Actas do Congresso Internacional*

Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. CHAM-FCSH-UNL/IICT, Lisboa, 2 a 5 de novembro de 2005.

LEMOS COELHO, Francisco de. *Duas Descrições Seiscentistas da Guiné.* Academia Portuguesa da História, Lisboa MCXC.

LIMA, Francisco Ferreira de. A Alteridade na Peregrinação. In: *O Outro Livros das Maravilhas: a peregrinação de Fernão Mendes Pinto.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

MARK, Peter. "Portuguese" Style and Luso-African Identity. Precolonial Senegambia, Sixteenth-Nineteenth Centuries. Bloomington: Indiana University Press, 2002.

MARK, Peter. Fetishers, "Marybuckes" and the Christian Norm: European Images of Senegambians and Their Religions, 1550-1760. *African Studies Review*, v. 23, n. 2 sep., 1980.

MENDES, Antonio Rosa. A Vida Cultural. In: *História de Portugal – o Alvorecer da Modernidade (1480-1620).* Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MOTA, Avelino Teixeira. *Dois escritores quinhentistas de Cabo Verde.* André Álvares de Almada e André Dornelas. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1971.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo à distância.* São Paulo: Alameda, 2008.

ROQUE, Ana Cristina. Portugueses e africanos na África Austral no século XVI: imagem da diferença ao reforço da proximidade. In: ROGRIGUES, José Damião; RODRIGUES, Casimiro (ed.). *Representações da África e dos africanos na história e cultura – séculos XV a XXI.* Ponta Delgada: Centro História de Além-Mar, 2011.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo.* Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

THOMAZ, Luis Filipe. *De Ceuta a Timor.* Lisboa: Difel, 1994.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro.* São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Artigo recebido em 20 de novembro de 2012. Aprovado em 16 de julho de 2013.